



[Handwritten signatures in blue ink]

Ponto Três

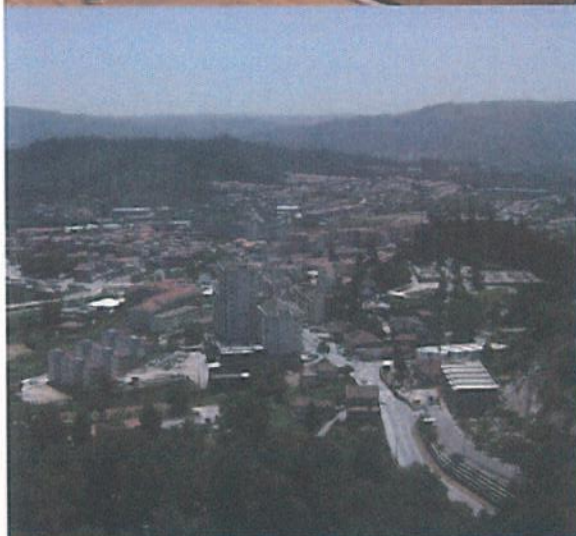
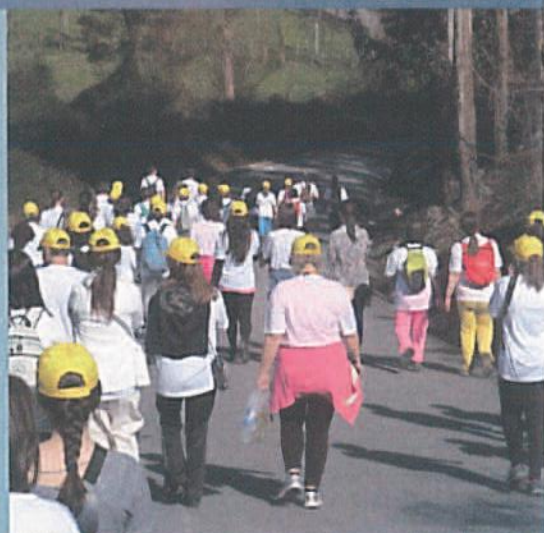
Proposta do sr. Presidente da Câmara para aprovação da consolidação de contas para os efeitos previstos na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

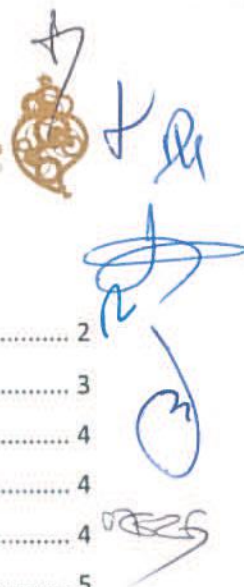
DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria. Abstenção dos vereadores do Partido Socialista. Remeta-se à próxima sessão da assembleia municipal.

Póvoa de Lanhoso



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2015





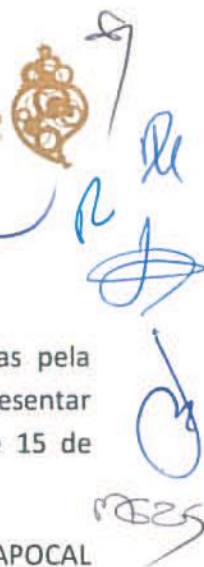
Índice

A. Relatório de Gestão	2
1. Introdução	3
2. Perímetro de Consolidação	4
3. Entidades excluídas da consolidação	4
4. Método de Consolidação	4
5. Evolução da Gestão do conjunto das entidades compreendidas na Consolidação	5
Análise ao Balanço	5
6. Análise à Demonstração de Resultados:	7
7. Indicadores de Gestão	10
Indicadores de Natureza Patrimonial	10
8. Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício	11
B. Mapas Consolidados	12
C. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados	17
1. Introdução	18
2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	19
3. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	19
4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação	19
5. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo	21
6. Informações sobre saldos e fluxos financeiros	21
7. Informações relativas a compromissos	21
8. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe e da entidade incluída na consolidação	21
9. Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos	22
10. Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos	22
11. Informações relativas a políticas contabilísticas	23
12. Imobilizado bruto consolidado	24
13. Amortizações consolidadas	25
14. Demonstração de resultados financeiros consolidados	26
15. Demonstração de resultados extraordinários consolidados	27
16. Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”	27
17. Desdobramento das contas de provisões	27
18. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior	28
19. Informações diversas	28



7
L
R
d
ms

A. Relatório de Gestão



1. Introdução

O Município da Póvoa de Lanhoso apresentou demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez em 31 de dezembro de 2010, na sequência da obrigatoriedade de apresentar demonstrações financeiras consolidadas conforme o estabelecido na Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro.

Por outro lado e, de acordo com “Instruções para o Exercício de 2014” emitidas pelo SATAPOCAL em maio de 2015: “os Municípios que já apresentavam contas consolidadas no quadro legal consagrado na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, deverão respeitar o disposto no segundo parágrafo do ponto 4 da Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 01 de julho, ou seja, *“Se a composição do conjunto de entidades que compõem o grupo público se alterar significativamente no decurso do exercício, as demonstrações financeiras consolidadas devem incluir, nos anexos informações que permitam a respetiva contabilidade, de conjuntos sucessivos de demonstrações financeiras consolidadas”*. Todavia, se a alteração do perímetro de consolidação resultar, essencialmente da modificação, a que aludimos, ocorrida no quadro legal vigente e não de qualquer decisão e/ou deliberação dos eleitos ou órgãos municipais, entendemos que o cumprimento da norma transcrita deverá traduzir-se, apenas, na prestação, nos anexos das demonstrações financeiras consolidadas de 2015, de informação suficiente para permitir perceber as diferenças ocorridas ao nível do perímetro de consolidação e a materialidade das demonstrações financeiras das novas entidades abrangidas pelo perímetro e, não, obrigatoriamente, reexpressando, de forma integral, as demonstrações financeiras consolidadas do ano anterior.

Assim, o presente documento é o sexto relatório de gestão consolidado do Município da Póvoa de Lanhoso, cumprindo assim o n.º 2 do artigo 76º da Nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo elaborado nos termos da portaria n.º 474/2010, de 1 de julho – orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios.

Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, apresentando documentos de prestação de contas consolidadas que constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- a) Balanço consolidado;
- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- c) Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado a médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregada por maturidade e natureza.



O Município da Póvoa de Lanhoso, tem vindo a elaborar a Consolidação de Contas do grupo Municipal, a qual é anualmente submetida a aprovação da Assembleia Municipal.

2. Perímetro de Consolidação

Conforme preconizado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios que detenham participações nas quais há existência ou presunção de controlo, apresentam contas consolidadas. Assim, o grupo autárquico engloba o Município da Póvoa de Lanhoso, a Escola Profissional do Alto Ave e o Centro de Criatividade da Póvoa de Lanhoso.

Entidade	Sede Social	Tipo de entidade	N.º médio trabalhadores em 2015	% do capital detido em 2015	Obs.
Município da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Autarquia Local	181	Entidade-mãe	a)
Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	Empresa Setor Empresarial Local	18	100%	b)
Centro de Criatividade da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Cooperativa	0	76,92%	c)
a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do nº2 do Artigo 75º da Nova Lei das Finanças Locais.					
b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso.					
c) Entidade controlada a 76,92% pelo Município da Póvoa de Lanhoso					

3. Entidades excluídas da consolidação

Não foi excluída nenhuma entidade do perímetro de consolidação. Ao abrigo do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 todas as entidades controladas pelo Município (de forma direta ou indireta) devem ser consideradas no perímetro de consolidação pelo método integral. Presume-se a existência de controlo quando a percentagem de interesse é de pelo menos 50%. Assim, as únicas entidades que devem ser obrigatoriamente consolidadas por este método são as já referidas Escola Profissional do Alto Ave e o Centro de Criatividade da Póvoa de Lanhoso, sendo que as demais entidades em que o Município detém uma participação, esta é inferior a 20%, não existindo controlo ou presunção de controlo sobre estas participações, estando consideradas pelo método de custo.

4. Método de Consolidação

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município da Póvoa de Lanhoso foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Foi elaborado o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados consolidados e à Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa, recorrendo a informações dos anexos e fluxos de caixa das contas individuais, das próprias demonstrações financeiras e de outras informações externas obtidas.



De seguida, em termos consolidados, apresentamos uma breve análise aos valores obtidos na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, ao nível do seu Balanço e da sua Demonstração de Resultados.

5. Evolução da Gestão do conjunto das entidades compreendidas na Consolidação

Análise ao Balanço

O Balanço consolidado apresenta a situação do património do Grupo à data de encerramento do exercício 2015, dando a conhecer o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica e o Passivo e Capital Próprio do Grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado ou Ativo Fixo e Ativo Circulante. Por sua vez, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado ATIVO

Ativo	2015	%	2014	%	Varia.
Imobilizado	44.502.033,92	89,3%	43.988.369,25	90,8%	1,2%
Bens de Domínio Público	21.626.629,83	43,4%	22.176.976,43	45,8%	-2,5%
Imobilizações Incorpóreas	217.682,97	0,4%	209.368,07	0,4%	4,0%
Imobilizações Corpóreas	20.802.222,38	41,7%	19.746.526,01	40,7%	5,3%
Investimentos Financeiros	1.855.498,74	3,7%	1.855.498,74	3,8%	0,0%
Circulante	5.351.906,96	10,7%	4.478.495,11	9,2%	19,5%
Existências	170.442,45	0,3%	143.797,97	0,3%	18,5%
Dívidas de terceiros MLP	5.016,51	0,0%	5.716,63	0,0%	-12,2%
Dívidas de Terceiros CP	997.696,68	2,0%	1.146.117,84	2,4%	-12,9%
Títulos negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Disponibilidades	1.157.604,01	2,3%	611.180,21	1,3%	89,4%
Acréscimos e Diferimentos	3.021.147,31	6,1%	2.571.682,46	5,3%	17,5%
TOTAL DO ATIVO	49.853.940,88	100,0%	48.466.864,36	100,0%	2,9%

<i>Capital Próprio e Passivo</i>	2015	%	2014	%	Varia.
Fundos Próprios	25.808.760,85	51,8%	23.806.539,54	49,1%	8,4%
Património	22.826.329,68	45,8%	22.843.158,48	47,1%	-0,1%
Diferenças de Consolidação	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Reservas	1.542.096,35	3,1%	1.542.096,35	3,2%	0,0%
Resultados Transitados	-561.886,50	-1,1%	121.261,27	0,3%	-563,4%
Resultado Líquido do Exercício	2.002.221,32	4,0%	-699.976,56	-1,4%	-386,0%
Interesses Minoritários	140,28	0,0%	737,80	0,0%	-81,0%
Passivo	24.045.039,75	48,2%	24.659.587,02	50,9%	-2,5%
Provisões para riscos e encargos	2.211.912,52	4,4%	2.236.322,78	4,6%	-1,1%
Empréstimos MLP	5.165.469,41	10,4%	5.976.105,81	12,3%	-13,6%
Dívidas a Terceiros CP	1.826.850,80	3,7%	2.431.079,00	5,0%	-24,9%
Acréscimos e Diferimentos	14.840.807,02	29,8%	14.016.079,43	28,9%	5,9%
Capital Próprio e Passivo	49.853.940,88	100,0%	48.466.864,36	100,0%	2,9%

Pela análise do Balanço consolidado, verifica-se um aumento do Ativo Total em cerca de 2,9%. O imobilizado (Ativo Fixo) e o Ativo Circulante apresentam um acréscimo relativamente a 2014. O primeiro registou um aumento de 1,2% explicado pelo acréscimo das imobilizações corpóreas e incorpóreas (aumentaram cerca de 1 milhão e 55 mil euros e cerca de 8 mil euros, respetivamente) já que os bens de domínio público verificaram diminuições de cerca de 550 mil de euros.

O aumento verificado no ativo circulante de cerca de 19,5% deveu-se ao acréscimo disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos ativos (no conjunto cresceram cerca de 996 mil euros), já que se verificaram reduções nas rubricas de Dividas de Terceiros na ordem dos 149 mil euros.

Em termos de estrutura do Ativo verificou-se uma variação de 1,2% no Ativo Fixo e de 19,5% do Ativo Circulante, sendo que o Ativo Fixo passou de 90,8% para 89,3% do Ativo Total.

Na divisão do Passivo entre Fundos Próprios e Passivo, os Fundos Próprios passaram de 49,1% para 51,8% e o Passivo de 50,9% para 48,2%. A quase totalidade do valor dos Fundos Próprios do Consolidado, corresponde ao património do Município da Póvoa de Lanhoso, dado que nas contas individuais do Município os capitais próprios da Escola Profissional do Alto Ave e do Centro de Criatividade da Póvoa de Lanhoso estavam refletidos por força da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Assim, os Fundos Próprios Municipais cifram-se em 25.809 mil euros, registando um aumento de cerca de 2 milhões de euros.

Ao nível do Passivo, verificaram-se diminuições muito significativas das dívidas a terceiros de c.p. (passam de cerca de 2.431 mil euros em 2014 para 1.827 mil euros em 2015) e das dívidas de terceiros de m.l.p. (diminuem cerca de 811 mil euros). A rubrica de Provisões sofreu uma pequena diminuição (cerca de 24 mil euros). Relativamente aos acréscimos e diferimentos passivos, verificou-se um aumento de cerca de 825 mil euros a que corresponde uma variação de 5,9%.

6. Análise à Demonstração de Resultados:

O maior objetivo da Demonstração de Resultados é aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que se assistiu a uma diminuição dos Custos e Perdas (cerca de 2 milhões de euros), e um aumento dos Proveitos (cerca de 704 mil euros) o que originou um aumento dos resultados líquidos consolidados no montante de 2.702 mil euros, passando de um resultado negativo em 2014 na ordem dos 700 mil euros para um resultado positivo em 2015 de cerca de 2 milhões de euros.

Apresentaremos, de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada conta no contexto dos Custos e Perdas e dos Proveitos e Ganhos, podemos verificar a variação percentual relativamente ao ano 2014.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Síntese da Demonstração de Resultados Consolidado
CUSTOS E PERDAS

<i>Custos e Perdas</i>	2015	%	2014	%	Varia.
Custo Merc.Vend.e Matérias Cons.	962.863,30	6,3%	1.204.432,44	8,2%	-20,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.816.109,81	24,9%	3.148.683,23	21,5%	21,2%
Custos com Pessoal	3.947.209,72	25,7%	4.065.369,75	27,8%	-2,9%
Transf. E Subs.Correntes Concedidos	1.543.235,59	10,1%	1.391.189,82	9,5%	10,9%
Amortizações do Exercício	2.562.018,09	16,7%	2.437.097,57	16,6%	5,1%
Provisões do Exercício	5.590,74	0,0%	2.280.079,60	15,6%	-99,8%
Outros Custos e Perdas Operacionais	1.009,69	0,0%	2.101,51	0,0%	-52,0%
Custos e Perdas Operacionais	12.838.036,94	83,7%	14.528.953,92	99,2%	-11,6%
Custos e Perdas Financeiros	114.464,22	0,7%	151.963,77	1,0%	-24,7%
Custos e Perdas Correntes	12.952.501,16	84,4%	14.680.917,69	100,3%	-11,8%
Custos e Perdas Extraordinários	389.400,74	2,5%	661.052,14	4,5%	-41,1%
Custos e Perdas Correntes e Extraordinários	13.341.901,90	86,9%	15.341.969,83	104,8%	-13,0%
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.607,58	0,0%	189,65	0,0%	747,7%
Resultado Líquido do Exercício (empresa mãe)	2.002.221,32	13,0%	-699.976,56	-4,8%	-386,0%
Resultado Líquido do Exercício (IM)	-597,53	0,0%	-814,55		-26,6%
TOTAL GERAL	15.345.133,27	100,0%	14.641.368,37	100,0%	4,8%

PROVEITOS E GANHOS

<i>Proveitos e Ganhos</i>	2015	%	2014	%	Varia.
Vendas e Prestação de Serviços	1.524.795,81	9,9%	1.387.380,25	9,5%	9,9%
Impostos e Taxas	3.500.621,28	22,8%	3.261.523,06	22,3%	7,3%
Trabalhos para a própria entidade	143.851,58	0,9%	43.054,96	0,3%	234,1%
Proveitos suplementares	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Transf. E Subs.Correntes Obtidos	8.530.248,97	55,6%	8.108.426,48	55,4%	5,2%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Proveitos e Ganhos Operacionais	13.699.517,64	89,3%	12.800.384,75	87,4%	7,0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	633.648,75	4,1%	647.695,33	4,4%	-2,2%
Proveitos e Ganhos Correntes	14.333.166,39	93,4%	13.448.080,08	91,8%	6,6%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.011.966,88	6,6%	1.193.288,29	8,2%	-15,2%
Proveitos e Ganhos Correntes e Extraordinários	15.345.133,27	100,0%	14.641.368,37	100,0%	4,8%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	15.345.133,27	100,0%	14.641.368,37	100,0%	4,8%



PROVEITOS E GANHOS

<i>Proveitos e Ganhos</i>	2015	%	2014	%	Varia.
Vendas e Prestação de Serviços	1.524.795,81	9,9%	1.387.380,25	9,5%	9,9%
Impostos e Taxas	3.500.621,28	22,8%	3.261.523,06	22,3%	7,3%
Trabalhos para a própria entidade	143.851,58	0,9%	43.054,96	0,3%	234,1%
Proveitos suplementares	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Transf. E Subs. Correntes Obtidos	8.530.248,97	55,6%	8.108.426,48	55,4%	5,2%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Proveitos e Ganhos Operacionais	13.699.517,64	89,3%	12.800.384,75	87,4%	7,0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	633.648,75	4,1%	647.695,33	4,4%	-2,2%
Proveitos e Ganhos Correntes	14.333.166,39	93,4%	13.448.080,08	91,8%	6,6%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.011.966,88	6,6%	1.193.288,29	8,2%	-15,2%
Proveitos e Ganhos Correntes e Extraordinários	15.345.133,27	100,0%	14.641.368,37	100,0%	4,8%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	15.345.133,27	100,0%	14.641.368,37	100,0%	4,8%

Analisada a estrutura da Demonstração de Resultados, verificam-se algumas alterações da repartição do peso percentual de cada uma das Contas que o integram.

Os Custos Operacionais apesar de terem diminuído cerca de 11,6% continuam a ser os que têm o maior peso. Esta diminuição deve-se essencialmente à diminuição das rubricas de provisões (2.274 mil euros), da rubrica de CMVMC (cerca de 242 mil euros) e da rubrica de custos com o pessoal (cerca de 118 mil euros). Verifica-se um aumento dos fornecimentos e serviços externos (cerca de 667 mil euros), das transferências concedidas (cerca de 152 mil euros) e da rubrica das amortizações (cerca de 125 mil euros).

Os Custos e Perdas Financeiros e os Custos e Perdas Extraordinários apresentam diminuições relativas a 2014, respetivamente, 24,7% e 41,1%.

Quanto aos Proveitos e Ganhos, constata-se que o conjunto dos Proveitos e Ganhos Operacionais registam um aumento de 7,0% motivado pelos aumentos das Vendas e Prestações de Serviços (cerca de 137 mil euros), dos Impostos e Taxas (cerca de 239 mil euros), trabalhos para a própria entidade (cerca de 101 mil euros) e das transferências e subsídios correntes obtidos (cerca de 422 mil euros).

Os Proveitos e Ganhos Financeiros e os Proveitos e Ganhos Extraordinários registam uma diminuição de 2,2% e de 15,2%, respetivamente.

ANÁLISE DE RESULTADOS

	2015	2014	Varia.
Resultados Operacionais	861.480,70	-1.728.569,17	-149,8%
Resultados Financeiros	519.184,53	495.731,56	4,7%
Resultados Correntes	1.380.665,23	-1.232.837,61	-212,0%
Resultado Líquido do Exercício	2.002.221,32	-699.976,56	-386,0%

Os Resultados Operacionais de 2015, no valor de cerca de 861 mil euros, registam um aumento de 2.590 mil euros, relativamente ao ano anterior. Os Resultados Financeiros consolidados de 2015,

positivos no valor de 519 mil euros, apresentam um aumento de cerca de 23 mil euros face a 2014. Os Resultados Líquidos consolidados registam um aumento de cerca de 2.702 mil euros.

7. Indicadores de Gestão

Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores de natureza patrimonial apresentam sinais da evolução da situação financeira de uma entidade, permitindo apreciar a sua capacidade de endividamento.

Dado estarmos perante a situação financeira de um Grupo Público Municipal, há que ter em conta que o Ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros. Os Ativos do Grupo integram bens não hipotecáveis ou alienáveis, como sejam, os bens de domínio público e bens privados necessários à prestação do serviço público.

No caso do Grupo Público constituído pelo Município da Póvoa de Lanhoso, pela Escola Profissional do Alto Ave e pelo Centro de Criatividade da Póvoa de Lanhoso, os bens de domínio público representam cerca de 43,4% do seu Ativo Total.

O quadro seguinte, dá-nos uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais:

<i>Indicadores</i>	2015	2014
ESTRUTURA DO ATIVO		
Ativo Fixo/Ativo Total	89,3%	90,8%
Ativo Circulante/Ativo Total	10,7%	9,2%
Ativo Fixo/Ativo Circulante	831,5%	982,2%
ESTRUTURA DO PASSIVO		
Passivo MLP/Passivo Total	56,1%	56,1%
Passivo CP/Passivo Total	19,8%	22,8%
Passivo MLP/Passivo CP	282,8%	245,8%
Acréscimos e Diferimentos/Passivo Total	161,2%	131,7%
ANÁLISE DO ATIVO FIXO		
Ativo Fixo/Endividamento MLP	861,5%	736,1%
ANÁLISE DO PASSIVO EXIGÍVEL		
Dívida de CP/Património Líquido	7,1%	10,2%
Dívida de MLP/Património Líquido	20,0%	25,1%
ÍNDICES DE LIQUIDEZ		
Disponibilidades/Exigível a CP	63,4%	25,1%
Ativo Circulante/Exigível a CP	127,6%	78,4%
ÍNDICE DE INSOLVÊNCIA		
Dívidas a Terceiros/Ativo Total	14,0%	17,3%
ÍNDICE DE AUTONOMIA		
Fundos Próprios/Ativo Total	51,8%	49,1%

Retratam os rácios da estrutura do Ativo que, neste âmbito, não se verificaram alterações relevantes, face a 2014. O Ativo Fixo diminuiu o seu peso percentual face ao Ativo Circulante, reduzindo a relação Fixo/Circulante (831,5% em 2015 e 982,2% em 2014).



O Passivo de CP e de MLP reduziram em cerca de 1.415 mil euros. De notar ainda ao nível do passivo um aumento dos acréscimos e diferimentos de cerca de 825 mil euros.

Quando falamos em Ativo Fixo, referimo-nos basicamente ao investimento direto do grupo autárquico, líquido das depreciações que, entretanto, ocorreram. A relação do Ativo Fixo com o Endividamento MLP, permite-nos aferir da percentagem de imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento MLP, traduzindo, igualmente, a garantia de bens face aos financiadores.

Analisados os rácios encontrados, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento MLP em mais de 8,6 vezes.

Passemos, agora, à análise do Índice de Liquidez imediata. Tendo em conta, a diminuição registada no endividamento de CP inferior ao aumento verificado na rubricas de disponibilidades, verifica-se um aumento do indicador Disponibilidades/Exigível a CP, conforme podemos verificar pela leitura do quadro supra. Em 2015, as disponibilidades cobririam cerca de 63,4% das necessidades da dívida de curto prazo.

Regista-se, um significativo aumento do peso do Ativo Circulante na relação Ativo Circulante/Exigível CP. O rácio apresentou o valor de 78,4% em 2014, apresentando em 2015 o valor de 127,6%.

Referimo-nos ao Índice de Solvência, que relaciona as Dívidas a Terceiros com o Ativo Líquido. O rácio apurado em 2015, traduz que é de apenas 14,0%, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total.

O índice de autonomia não sofreu variações significativas ascendendo a 51,8% e 49,1% em 2015 e 2014, respetivamente.

8. Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Não ocorreram acontecimentos importantes desde 31 de dezembro de 2015 até à data deste relatório.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

B. Mapas Consolidados



BALANÇO CONSOLIDADO

Quadros das Contas do Póvoa		ACTIVO	Notas	2015			2014
				AB	AP	AL	AL
Imobilizado							
Bens de domínio público							
451	Terrenos e recursos naturais		463.160,19	0,00	463.160,19	443.160,19	
452	Edifícios		0,00	0,00	0,00	0,00	
453	Outras construções e infraestruturas		36.788.177,81	15.949.518,24	20.838.659,57	21.405.154,31	
455	Bens do património histórico, artístico e cultural		500.439,37	189.168,05	311.271,32	328.661,93	
459	Outros bens de domínio público		0,00	0,00	0,00	0,00	
445	Imobilizações em curso		13.538,75	0,00	13.538,75	0,00	
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público		0,00	0,00	0,00	0,00	
			37.765.316,12	16.138.686,29	21.626.629,83	22.176.976,43	
Imobilizações incorpóreas							
431	Despesas de instalação		0,00	0,00	0,00	0,00	
432	Despesas de investigação e desenvolvimento		259.768,06	56.162,44	203.605,62	13.335,25	
433	Propriedade industrial e outros direitos		0,00	0,00	0,00	0,00	
443	Imobilizações em curso		14.077,35	0,00	14.077,35	196.032,82	
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas		0,00	0,00	0,00	0,00	
			273.845,41	56.162,44	217.682,97	209.368,07	
Imobilizações Corpóreas							
421	Terrenos e recursos naturais		853.000,00	0,00	853.000,00	808.000,00	
422	Edifícios e outras construções		20.323.700,73	2.875.953,02	17.447.747,71	17.240.522,88	
423	Equipamento básico		3.242.053,75	2.629.797,90	612.255,85	537.716,17	
424	Equipamento de transporte		938.943,00	850.010,49	88.932,51	98.692,71	
425	Ferramentas e utensílios		100.937,30	82.520,26	18.417,04	15.868,38	
426	Equipamento administrativo		1.258.502,54	912.428,07	346.074,47	169.371,47	
427	Taras e vasilhame		0,00	0,00	0,00	0,00	
429	Outras imobilizações corpóreas		397.906,69	126.287,15	271.619,54	263.504,17	
442	Imobilizações em curso		1.164.175,26	0,00	1.164.175,26	612.850,23	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		0,00	0,00	0,00	0,00	
			28.279.219,27	7.476.996,89	20.802.222,38	19.746.526,01	
Investimentos Financeiros							
411	Partes de capital	1, 2	1.089.520,00	0,00	1.089.520,00	1.089.520,00	
412	Obrigações e títulos de participação		745.245,38	0,00	745.245,38	745.245,38	
414	Investimentos em imóveis		0,00	0,00	0,00	0,00	
415	Outras aplicações financeiras		8,36	0,00	8,36	8,36	
441	Imobilizações em curso		0,00	0,00	0,00	0,00	
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		20.725,00	0,00	20.725,00	20.725,00	
			1.855.498,74	0,00	1.855.498,74	1.855.498,74	
Circulante:							
Existências							
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		170.442,45	0,00	170.442,45	143.797,97	
35	Produtos e trabalhos em curso		0,00	0,00	0,00	0,00	
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		0,00	0,00	0,00	0,00	
33	Produto acabados e intermédios		0,00	0,00	0,00	0,00	
32	Mercadorias		0,00	0,00	0,00	0,00	
37	Adiantamentos por conta de compras		0,00	0,00	0,00	0,00	
			170.442,45		170.442,45	143.797,97	
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo							
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo		5.016,51	0,00	5.016,51	5.716,63	
			5.016,51	0,00	5.016,51	5.716,63	
Dívidas de terceiros - Curto prazo							
28	Empréstimos concedidos		933,64	0,00	933,64	1.283,37	
211	Clientes, c/c	3	229.054,88	0,00	229.054,88	247.847,40	
212	Contribuintes, c/c		263,97	0,00	263,97	1.431,75	
213	Utentes, c/c		271.249,97	0,00	271.249,97	267.944,05	
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa		406.759,05	350.867,15	55.891,90	0,00	
251	Devedores pela execução do orçamento		0,00	0,00	0,00	0,00	
229	Adiantamentos a fornecedores		30,27	0,00	30,27	15,04	
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		0,00	0,00	0,00	0,00	
24	Estado e outros entes públicos		119.126,98	0,00	119.126,98	45.338,93	
264	Administração autárquica		0,00	0,00	0,00	0,00	
262-263-267-268	Outros devedores		326.495,07	5.350,00	321.145,07	582.257,30	
			1.353.913,83	356.217,15	997.696,68	1.146.117,84	
Títulos negociáveis							
15	Outros Títulos		0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	
Depósitos em instituições financeiras e caixa							
12	Depósitos em instituições financeiras		1.156.817,70	0,00	1.156.817,70	531.878,87	
11	Caixa		786,31	0,00	786,31	79.301,34	
			1.157.604,01	0,00	1.157.604,01	611.180,21	
Acréscimos e diferimentos							
271	Acréscimos de proveitos		2.675.022,32	0,00	2.675.022,32	2.460.499,32	
272	Custos diferidos		346.124,99	0,00	346.124,99	111.183,14	
			3.021.147,31	0,00	3.021.147,31	2.571.682,46	
	Total de Amortizações			23.671.845,62			
	Total de Provisões			356.217,15			
	TOTAL DO ACTIVO		73.882.003,65	24.028.067,77	49.853.940,98	48.466.864,36	



MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

ANO: 2015

BALANÇO CONSOLIDADO

Quadros das Contas do Pocai	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Notas	Exercícios	
			2015	2014
	Fundos próprios			
51	Património	1, 2, 4	22.826.329,68	22.843.158,48
51	Diferenças de consolidação		0,00	0,00
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	1, 2	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação		0,00	0,00
	Reservas		0,00	0,00
571	Reservas legais	1, 2	1.342.096,35	1.342.096,35
572	Reservas estatutárias	2	0,00	0,00
573	Reservas contratuais		0,00	0,00
574	Reservas livres		0,00	0,00
575	Subsídios		0,00	0,00
576	Doações	2	200.000,00	200.000,00
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos		0,00	0,00
578+579	Outras Reservas		0,00	0,00
59	Resultado transitados	1, 2	-561.886,50	121.261,27
			23.806.539,53	24.506.516,10
88	Resultado líquido do exercício	1, 2, 4, 5, 7	2.002.221,32	-699.976,56
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		25.808.760,85	23.806.539,54
	INTERESSES MINORITÁRIOS	2, 5	140,28	737,80
	Passivo			
292	Provisões para riscos e encargos		2.211.912,52	2.236.322,78
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
2312	Dívidas a instituições de crédito		4.549.014,53	5.174.136,93
2613	Fornecedores de Imobilizado - Loc. Financeira		0,00	0,00
2171	Clientes e Utentes c/ cauções		0,00	0,00
264	Administração autárquica		18.700,00	7.000,00
26872	Credores por caução		0,00	0,00
202+203+207+208	Outros credores		597.754,88	794.968,88
268899	Credores por factoring		0,00	0,00
254	Empresas do grupo e participadas		0,00	0,00
			5.165.469,41	5.976.105,81
	Dívidas a terceiros - Curto prazo			
2311	Empréstimos de curto prazo		694.054,74	852.053,72
269	Adiantamentos por conta de vendas		0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	4	33.854,84	271.620,03
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência		952,57	1.451,59
252	Credores pela execução do orçamento		0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções		31.071,25	30.785,36
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		174.224,75	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		0,00	251.769,22
24	Estado e outros entes públicos		126.887,18	114.555,28
264	Administração autárquica		18.200,00	178.725,69
202+203+207+208	Outros credores		747.605,47	730.118,11
268899	Credores por factoring		0,00	0,00
			1.826.850,80	2.431.079,00
	Acréscimos e diferimentos			
273	Acréscimos de custos	3	726.384,42	663.082,25
274	Proveitos diferidos	4	14.114.422,60	13.352.997,18
			14.840.807,02	14.016.079,43
2762	Passivos por impostos diferidos			
	Total do Passivo		24.045.039,75	24.659.587,02
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO		49.853.940,88	48.466.864,36

AB: Ativo Bruto

AP: Amortizações e Provisões Acumuladas

AL: Ativo Líquido

Órgão Executivo

Em __ de junho de 2016

Órgão Deliberativo

Em __ de junho de 2016



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Quadros das Contas do Pócal	CUSTOS E PERDAS	Notas	Exercícios			
			2015		2014	
	Custos e Perdas					
61	Custos das mercadorias vendidas e das Mercadorias		458.426,02		459.427,91	
	Matérias		504.437,28	962.863,30	745.004,53	1.204.432,44
62	Fornecimentos e serviços externos	6		3.816.109,81		3.148.683,23
641+642	Custos com o pessoal:					
	Remunerações		3.058.610,06		3.169.835,65	
643 a 648	Encargos sociais		888.599,66	3.947.209,72	895.534,10	4.065.369,75
63	Transf. e subsídios correntes concedidos		1.543.235,59	1.543.235,59	1.391.189,82	1.391.189,82
66	Amortizações do exercício		2.562.018,09	0,00	2.437.097,57	0,00
67	Provisões do exercício		5.590,74	2.567.608,83	2.280.079,60	4.717.177,17
65	Outros custos e perdas operacionais		1.009,69	1.009,69	2.101,51	2.101,51
	(A) Custos e Perdas Operacionais			12.838.036,94		14.528.953,92
68	Custos e perdas financeiras	5		114.464,22		151.963,77
	(C) Custos e Perdas Correntes			12.952.501,16		14.680.917,69
69	Custos e perdas extraordinárias			389.400,74		661.052,14
	(E) Custos e Perdas antes de Impostos			13.341.901,90		15.341.969,83
	Imposto sobre o rendimento do exercício			1.607,58		189,65
	(G) Custos e Perdas após Impostos			13.343.509,48		15.342.159,48
88	Resultado líquido do exercício	1,2;4;5,7		2.001.623,79		-700.791,11
	Custos Totais			15.345.133,27		14.641.368,37
	Proveitos e Ganhos					
	Vendas e prestações de serviços:					
7111	Vendas de mercadorias					
7112+7113	Vendas de produtos	6	582.833,35		514.552,49	
712	Prestações de serviços	6	941.962,46	1.524.795,81	872.827,76	1.387.380,25
72	Impostos e taxas	6		3.500.621,28		3.261.523,06
	Variação da produção					
75	Trabalhos para a própria entidade			143.851,58		43054,96
73	Proveitos suplementares					
74	Transferências e subsídios obtidos			8.530.248,97		8.108.426,48
76	Outros proveitos e ganhos operacionais					0,00
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais			13.699.517,64		12.800.384,75
78	Proveitos e ganhos financeiros	5		633.648,75		647.695,33
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes			14.333.166,39		13.448.080,08
79	Proveitos e ganhos extraordinários	7		1.011.966,88		1.193.288,29
	(F) Proveitos Totais			15.345.133,27		14.641.368,37

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A)	861.480,70	-1.728.569,17
Resultados financeiros: (D)-(C-A)	519.184,53	495.731,56
Resultados correntes: (D)-(C)	1.380.665,23	-1.232.837,61
Resultados líquido Consolidado do exercício: (F)-(G)	2.001.623,79	-700.791,11
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da empresa-mãe	2.002.221,32	-699.976,56
Interesses minoritários	-597,53	-814,55

Órgão Executivo

Em __ de junho de 2016

Órgão Deliberativo

Em __ de junho de 2016



Mapa dos Fluxos de Caixa e Operações Orçamentais Consolidado

Unidade: Euros

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo da Gerência Anterior	611.180,21	Despesas Orçamentais	17.908.624,90
Execução Orçamental	24.032,62	Despesas Correntes	11.027.654,92
Operações de Tesouraria	587.147,59	Despesas de Capital	6.880.969,98
Receitas Orçamentais	18.403.321,38	Operações de Tesouraria	921.357,88
Receitas Correntes	14.121.946,35		
Receitas de Capital	4.280.967,07	Saldo Gerência Seguinte	1.157.604,01
Outras Receltas	407,96		
		Execução Orçamental	593.126,67
Operações de Tesouraria	938.463,57	Operações de Tesouraria	564.477,34
Total	19.952.965,16	Total	19.987.586,79

Órgão Executivo

Em ___ de junho de 2016

Órgão Deliberativo

Em ___ de junho de 2016



C. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados

1. Introdução

A Lei das Finanças Locais, prevê no artigo 75.º, a obrigatoriedade dos Municípios elaborarem contas consolidadas, sendo ainda referido que os procedimentos contabilísticos para a consolidação são os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), documento que, até ao momento, não abrange esta temática.

Refere ainda o artigo 75.º, n.º1, da referida Lei das Finanças Locais que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.”.

Foi entretanto publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual foi aprovada a orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativamente à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios, sendo que em maio de 2015 esta portaria foi adendada com as alterações resultantes da Lei 73/2013.

Conforme preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios que detenham participações nas quais há existência ou presunção de controlo, apresentam contas consolidadas.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

O perímetro de consolidação definido pelo Município da Póvoa de Lanhoso abrange a Escola Profissional do Alto Ave e o Centro de Criatividade da Póvoa de Lanhoso. O método da consolidação utilizado foi a consolidação integral, com o objetivo de as demonstrações financeiras consolidadas apresentarem informação relativa ao grupo público municipal como se de uma única entidade se tratasse.

A contabilidade de custos embora implementada encontra-se a ser melhorada, pelo que se optou neste relatório ainda não se fazer a devida análise. No entanto, permite que se efetue uma análise os encargos com as funções exercidas, não sendo esperados desvios significativos nos encargos efetivamente suportados.

O balanço inicial do Município da Póvoa de Lanhoso ainda não foi aprovado, encontrando-se atualmente um grupo de trabalho a efetuar todo o levantamento do património municipal, que será avaliado e consequentemente aprovado pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

Desta forma o Imobilizado apresentado apenas reflete os movimentos contabilísticos desde a implementação do POCAL em 2002. Consequentemente as amortizações apenas dizem respeito ao património que se encontra devidamente contabilizado, não refletindo assim a realidade do ativo fixo do município.

Apesar do disposto no artigo 24.º do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património, nem todos os bens se encontram cobertos pelo seguro, estando nesta altura o Município da Póvoa de Lanhoso a efetuar esta análise.

Todos os valores são apresentados em euros.

2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

Entidade incluídas no perímetro de consolidação:

Entidade	Sede Social	Tipo de entidade	N.º médio trabalhadores em 2015	% do capital detido em 2015	Obs.
Município da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Autarquia Local	181	Entidade-mãe	a)
Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	Empresa Setor Empresarial Local	18	100%	b)
Centro de Criatividade da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Cooperativa	0	76,92%	c)
a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 1 do Artigo 46.º da Lei das Finanças Locais.					
b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso					
c) Entidade controlada a 76,92% pelo Município da Póvoa de Lanhoso					

Entidades participadas, não incluídas (Outras entidades societárias e não societárias excluídas do perímetro de consolidação):

Não foi excluída nenhuma entidade do perímetro de consolidação. Ao abrigo do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 todas as entidades controladas pelo Município (de forma direta ou indireta) devem ser consideradas no perímetro de consolidação pelo método integral. Presume-se a existência de controlo quando a percentagem de interesse é de pelo menos 50%. Assim, as únicas entidades que devem ser obrigatoriamente consolidadas por este método são as já referidas Escola Profissional do Alto Ave e o Centro de Criatividade da Póvoa de Lanhoso, sendo que as demais entidades em que o Município detém uma participação, esta é inferior a 20%, não existindo controlo ou presunção de controlo sobre estas participações, estando consideradas pelo método de custo.

3. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras consolidadas refletem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação identificam-se nas notas seguintes:

Lançamentos de consolidação					
Nota	Descrição	Conta(s) a Débito	Valor	Conta(s) a Crédito	Valor
Balanco					
Nota 1	Eliminação dos Investimentos financeiros na conta 41 do MPVL relativamente à participação financeira na EPAVE	51	19.951,92	411	686.017,77
		55	695.959,37		
		571	10.933,65		
		59	51.172,78	59	114.105,26
		88	22.105,31		
Total N1			800.123,03		800.123,03
Nota 2	Eliminação dos Investimentos financeiros na conta 41 do MPVL relativamente à participação financeira no Centro de Criatividade	51	5.850,00	411	467,60
		55	7.156,01	59	21.026,44
		571	1.816,95	88	2.589,28
		572	1.816,95	IM	140,28
		576	7.583,69		
Total N2			24.223,60		24.223,60
Nota 3	Eliminação de saldos entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação	273	72,51	21	72,51
Total N3			72,51		72,51
Nota 4	Anulação dos subsídios ao investimento registados pela EPAVE e atribuídos pelo Município	88	16.574,40	51	289.497,36
		274	272.922,96		
Total N4			289.497,36		289.497,36
Demonstração dos Resultados					
Nota 5	Eliminação do MEP	IM	597,53	68	1.991,75
		78	22.105,31	88	20.711,09
Total N5			22.702,84		22.702,84
Nota 6	Eliminação de transações correntes (água e outras taxas e tarifas) entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação	711	416,64	62	836,12
		712	381,51		
		72	37,97		
Total N7			836,12		836,12
Nota 7	Anulação dos subsídios ao investimento registados pela EPAVE e atribuídos pelo Município	79	16.574,40	88	16.574,40
Total N8			16.574,40		16.574,40
Total Geral			1.154.029,86		1.154.029,86

5. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

Endividamento consolidado de médio e longo prazo 2015						
	Dividas a terceiros de médio/longo prazo					
Designação das contas	Município da Póvoa de Lanhoso	EPAVE	Centro de Criatividade	Total	Correção de Consolidação	Endividamento Consolidado
Dividas a instituições de crédito	4 549 014,53			4 549 014,53		4 549 014,53
Fornecedores de Imobilizado - Loc. Financeira	0,00			0,00		0,00
Administração Autárquica	18 700,00			18 700,00		18 700,00
Credores por caução	0,00			0,00		0,00
Outros Credores	597 754,88			597 754,88		597 754,88
Total	5.165.469,41	0,00	0,00	5.165.469,41	0,00	5.165.469,41

6. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO										
Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público										
Tipo de fluxos	Município da Póvoa de Lanhoso					EPAVE				
	saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	saldo inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Subsídios	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO										
Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público										
Tipo de fluxos	Município da Póvoa de Lanhoso					Centro de Criatividade				
	saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	saldo inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Subsídios	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Informações relativas a compromissos

O Município da Póvoa de Lanhoso constituiu uma garantia bancária na CGD no valor de 5 mil euros a favor da "Infraestruturas de Portugal, S.A.".

Os restantes compromissos existentes constam das demonstrações financeiras apresentadas.

8. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe e da entidade incluída na consolidação

As remunerações certas e permanentes dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do município da Póvoa de Lanhoso totalizaram 110.546,01 €, a remuneração do órgão de fiscalização do Município totalizou 6.480,00€. Não existem remunerações do órgão de administração da Escola Profissional do Alto Ave e do Centro de Criatividade e as remunerações do

órgão de fiscalização totalizaram 3.500,00€ na Escola Profissional do Alto Ave dado que no Centro de Criatividade não existiram remunerações neste órgão.

9. Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

Designação	Município	2015		Total Consolidado
		EPAVE	Centro de Criatividade	
Vendas Mercadorias				0,00
Vendas Produtos	582.833,35	0,00	0,00	582.833,35
Prestações de serviços	929.782,71	12.179,75	0,00	941.962,46
Total	1.512.616,06	12.179,75	0,00	1.524.795,81

10. Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos

Não existem contratos de locação financeira em vigor à data de 31.12.2015 em nenhuma entidade incluída no perímetro de consolidação.

[Handwritten signatures and initials]

11. Informações relativas a políticas contabilísticas

Homogeneização das políticas contabilísticas

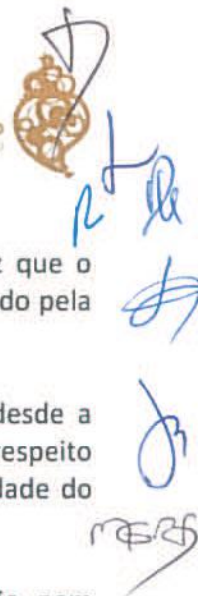
Rubricas	Município da Póvoa de Lanhoso	EPAVE	Centro de Criatividade
Imobilizado	Custo de aquisição. Bens de imobilizado obtido a título gratuito, dependendo do tipo de bens, aplica-se o respetivo critério valorimétrico (valor de aquisição ou patrimonial).	Custo de aquisição.	Custo de aquisição.
Amortizações	As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril (I Série do D.R.).	As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.	As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Investimentos Financeiros	Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas participações superiores a 20%, e pelo método do custo nas restantes participações financeiras.	Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo método do custo.	
Existências	As existências são valorizadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento. Através do Sistema de Inventário Permanente, utilizando o custo médio ponderado, como o método de custeio das saídas (mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo).	As existências são valorizadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento.	
Terceiros	As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, seguindo o princípio do custo histórico, utilizado nas operações com terceiros.	As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.	As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.
Acréscimos	Acréscimos de proveitos: - Rendas a receber; Acréscimos de custos: - Remunerações a liquidar; - Outros Acréscimos de Custos;	Regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "acréscimos e diferimentos".	Regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "acréscimos e
Diferimentos	Custos Diferidos: - Seguros; Proveitos diferidos: - Subsídios ao investimento;		
Provisões	Análise de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.		
Disponibilidades	As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.	Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos.	Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos.



12. Imobilizado bruto consolidado

MUNICÍPIO DA PÓVOA DELANHOSO
Imobilizado Bruto consolidado em 31 Dezembro de 2015

	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajust am.	Aumentos	Alienações	Reclassificação	Abates	Transf.	Saldo Final
De Bens de Domínio Público								
Terrenos e Recursos Naturais	443.160,19	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463.160,19
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Construções e Infra-Estruturas	35.558.648,14	0,00	915.722,53	0,00	0,00	0,00	313.807,14	36.788.177,81
Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	493.381,37	0,00	7.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.439,37
Outros Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	327.345,89	0,00	0,00	0,00	-313.807,14	13.538,75
Adiantamentos por Conta de Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	36.495.189,70	0,00	1.270.126,42	0,00	0,00	0,00	0,00	37.765.316,12
De Imobilizações Incorpóreas								
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	50.466,00	0,00	3.075,00	0,00	0,00	0,00	206.227,06	259.768,06
Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	196.032,82	0,00	27.223,59	0,00	0,00	0,00	-209.179,06	14.077,35
Adiantamentos por Conta de Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	246.498,82	0,00	30.298,59	0,00	0,00	0,00	-2.952,00	273.845,41
De Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e Recursos Naturais	808.000,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	853.000,00
Edifícios e outras construções e infra-estruturas	19.803.127,24	0,00	204.956,96	0,00	0,00	0,00	315.616,53	20.323.700,73
Equipamento Básico	2.994.953,95	0,00	264.466,76	0,00	0,00	-17.489,95	0,00	3.241.930,76
Equipamento de Transporte	876.166,46	0,00	28.552,14	0,00	0,00	0,00	0,00	904.718,60
Ferramentas e Utensílios	119.604,53	0,00	11.958,49	0,00	0,00	0,00	0,00	131.563,02
Equipamento Administrativo	1.130.338,03	0,00	300.165,82	0,00	0,00	-203.175,36	2.952,00	1.230.280,49
Tarfas e Vasilhame	31.943,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.943,72
Outras Imobilizações Corpóreas	383.385,19	0,00	14.521,50	0,00	0,00	0,00	0,00	397.906,69
Imobilizações em Curso	612.850,23	0,00	1.209.393,71	0,00	0,00	-342.452,15	-315.616,53	1.164.175,26
Adiantamento por Conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	26.760.369,35	0,00	2.079.015,38	0,00	0,00	-563.117,46	2.952,00	28.279.219,27
De Investimentos Financeiros								
Partes de Capital:								
Obrigações e Títulos de Participação	1.089.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.089.520,00
Investimento em Imóveis:	745.245,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.245,38
Outras Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	8,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,36
Adiantamento por Conta de Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	20.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.725,00
Totais	1.855.498,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.855.498,74



O balanço inicial do Município da Póvoa de Lanhoso ainda não foi aprovado, uma vez que o património do município ainda não foi inventariado, avaliado e consequentemente aprovado pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

Desta forma o Imobilizado apresentado apenas reflete os movimentos contabilísticos desde a implementação do POCAL em 2002. Consequentemente as amortizações apenas dizem respeito ao património que se encontra devidamente contabilizado, não refletindo assim a realidade do ativo fixo do município.

Apesar do disposto no artigo 24.º do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património, nem todos os bens se encontram cobertos pelo seguro, estando nesta altura o Município da Póvoa de Lanhoso a efetuar esta análise.

13. Amortizações consolidadas

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Amortizações consolidadas em 31 Dezembro de 2015

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Reclassificação	Saldo Final
De Bens de Domínio Público					
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	14.153.493,83	1.796.024,41	0,00	0,00	15.949.518,24
Bens do património histórico, artístico e cultural	164.719,44	24.448,61	0,00	0,00	189.168,05
Totais	14.318.213,27	1.820.473,02	0,00	0,00	16.138.686,29
De Imobilizações Incorpóreas:					
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	37.130,75	19.031,69	0,00	0,00	56.162,44
Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	37.130,75	19.031,69	0,00	0,00	56.162,44
De Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	2.562.604,35	372.242,86	-58.894,19	0,00	2.875.953,02
Equipamento Básico	2.457.237,79	199.511,38	-14.999,10	-11.952,17	2.629.797,90
Equipamento de Transporte	811.698,15	38.312,34	0,00	0,00	850.010,49
Ferramentas e Utensílios	73.110,43	9.409,83	0,00	0,00	82.520,26
Equipamento Administrativo	989.311,60	96.630,84	-185.466,54	11.952,17	912.428,07
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Corpóreas	119.881,02	6.406,13	0,00	0,00	126.287,15
Totais	7.013.843,34	722.513,38	-259.359,83	0,00	7.476.996,89
De Investimentos Financeiros					
Partes de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e Títulos de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Aplicações Financeiras:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de Dívida Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



14. Demonstração de resultados financeiros consolidados

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Demonstração consolidada dos Resultados Financeiros 2015

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	113.151,29	149.242,20	781	Juros obtidos	2.250,43	4.708,32
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	629.263,87	642.987,01
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	1.312,93	2.721,57	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
Resultados financeiros		519.184,53	495.731,56	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	2.134,45	0,00
		633.648,75	647.695,33	789	Reembolsos de juros		
						633.648,75	647.695,33

15. Demonstração de resultados extraordinários consolidados

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Demonstração consolidada dos Resultados Extraordinários 2015

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	162.870,03	516.469,41	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	1.812,79	50,31
694	Perdas em imobilizações	47.658,73	51.882,70	794	Ganhos em imobilizações	33.501,87	22.874,97
695	Multas e Penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	26.481,02	40.311,64
696	Aumentos de amortizações e de provisões	60.280,51	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	14.327,39	18.378,93
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	23.874,60	91.199,58	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	191.800,27	443.214,88
698	Outros custos e perdas extraordinárias	94.716,87	1.500,45	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	744.043,54	668.457,56
	Resultados extraordinários	622.566,14	532.236,15				
		1.011.966,88	1.193.288,29			1.011.966,88	1.193.288,29

16. Comentário das rubricas "despesas de instalação" e "despesas de investigação e desenvolvimento"

A rubrica despesas de investigação e desenvolvimento contém a elaboração de uma cartografia para o Plano Municipal florestal contra incêndios, o Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil, Mapas de Ruído, o Plano de Riscos de Gestão, corrupção e infrações conexas e o Plano de Revisão do PDM.

17. Desdobramento das contas de provisões

Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para cobrança duvidosa	310.264,03	60.280,51	14.327,39	356.217,15
Provisões para riscos e encargos	2.236.322,78	5.590,74	30.001,00	2.211.912,52
Total	2.546.586,81	65.871,25	44.328,39	2.568.129,67

No exercício de 2015 o Município apresentou um saldo final em provisões de 2.568.130€.

Como se pode observar no quadro acima representado, as provisões apresentam um aumento na ordem dos 21,5 mil euros (+0,8%).

- Provisões para cobrança duvidosa sofreram um acréscimo aproximado de 15% e respeitam essencialmente à conta de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa.
- Provisões para riscos e encargos, sofreram um ligeiro decréscimo de 24 mil euros (-1%), pelo facto de apenas um dos processos judiciais ter sido decidido em 2015.

Relação dos processos em que está constituída provisão dada a identificação de risco quanto ao desfecho dos mesmos, designadamente:

1. Processo do Centro Educativo de Monsul – provisão de 1.723.812€;
2. Processo n.º 52/10 por pedido de indemnização por reconhecimento de direito de propriedade, provisão de 21.000€
3. Processo n.º 429/13 por pedido de indemnização por enriquecimento sem causa, provisão de 294.721€;
4. Processos de funcionários pela condenação à prática de atos administrativos (reclassificação profissional), provisão de 47.520€;
5. Processo da AMAVE, comparticipação de custos de funcionamento nos anos de 2013 e 2014, provisão de 124.860€.

O Município tem ainda em curso outros processos relativamente aos quais não constitui provisão, por não ser expectável o pagamento de qualquer encargo.

18. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não se aplica.

19. Informações diversas

A Escola Profissional do Alto Ave e o Centro de Criatividade, integram o perímetro de consolidação sendo que estas entidades aplicam o Sistema de Normalização Contabilística, SNC. Sendo assim, as suas demonstrações financeiras foram convertidas em POCAL, constituindo este trabalho um procedimento de pré-consolidação.

O grupo não tem em mora qualquer dívida ao Centro Regional de Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e à Administração Tributária.

Póvoa de Lanhoso, __ de junho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Município da Póvoa de Lanhoso, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um ativo líquido de 49.853.941 euros e um total de fundos próprios de 25.808.761 euros, incluindo um resultado líquido de 2.002.221 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo, referentes ao exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira das entidades incluídas na consolidação do Município, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizamos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas no parágrafo 7 abaixo, o nosso exame foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Tal como referido nas notas 1 e 12 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados, o Município mantém em curso a inventariação e a avaliação do respetivo património, estando relevado apenas no ativo, o imobilizado adquirido a partir do ano de 2002 inclusive. Consequentemente não nos é possível aferir com segurança razoável qual o efeito nas contas de imobilizado, fundos próprios, amortizações acumuladas, amortizações do exercício e proveitos diferidos provenientes de subsídios afetos ao imobilizado. O Município ainda não dispõe de cadastro e inventário para os bens contabilizados conforme disposto no plano oficial de contabilidade das autarquias locais e na portaria nº 671/2000 de 17/04.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo 7 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município da Póvoa de Lanhoso em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Ênfases

9. Sem afetar a opinião expressa acima, é de referir o seguinte:
- 10.1. Conforme descrito na nota 1 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados, a contabilidade de custos, embora já implementada necessita ainda de aperfeiçoamento. No entanto, os encargos com as funções exercidas são apurados através de outros meios, não sendo de esperar desvios significativos aos encargos efetivamente suportados.
- 10.2. O art.º 24.º do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, estabelece a forma de segurar os bens móveis e imóveis do Município. Verifica-se contudo, em conformidade com o descrito nas notas 1 e 12 de Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados que nem todos os bens se encontram cobertos pelo seguro, estando o Município a efetuar esta análise.

Braga, 20 de junho de 2016

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 57)

representada por:



António Manuel Pinheiro Fernandes (R.O.C. n.º 993)

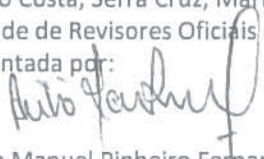
PARECER DO AUDITOR EXTERNO

À Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso
Exmos. Senhores Deputados.

1. No cumprimento das normas legais, considerando especialmente o disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e parecer sobre as contas do exercício (consolidadas), em relação ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
2. O Município da Póvoa de Lanhoso preparou as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 2015, em conformidade com o n.º 2 do art.º 76 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, sendo que o grupo público municipal engloba o Município da Póvoa de Lanhoso, a EPAVE- Escola Profissional do Alto Ave, E.M. e o Centro de Criatividade – CCCIS CIPRL.
3. No decurso do exercício, acompanhamos com a periodicidade e extensão que consideramos adequada, a actividade do Município “Entidade-mãe” (Município da Póvoa de Lanhoso), da EPAVE- Escola Profissional do Alto Ave, E.M. e do Centro de Criatividade – CCCIS CIPRL. e através de contactos com o Órgão Executivo, bem como por via de esclarecimentos e documentação obtidos junto dos serviços e realizamos os procedimentos de auditoria de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a profundidade que consideramos necessária nas circunstâncias.
4. Decorrente dos trabalhos desenvolvidos, é nossa convicção que o Relatório do Órgão Executivo e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentam de forma clara e suficiente a evolução da atividade das entidades incluídas na consolidação, os resultados consolidados do exercício e a posição financeira consolidada, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Assim, emitimos a certificação legal das contas consolidadas, a qual passa a fazer parte integrante do presente parecer.
5. Analisamos e verificamos a consistência da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Nestas circunstâncias, em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos de prestação de contas apresentadas pelo Órgão Executivo e considerando o efeito das situações descritas na certificação legal das contas, somos de parecer de que os documentos de prestação de contas apresentadas pelo órgão executivo estão em condições de poderem ser aprovados pelos Senhores Deputados.
7. Finalmente, desejamos manifestar o nosso agradecimento ao Executivo do Município da Póvoa de Lanhoso e aos seus Serviços, toda a colaboração prestada para o desempenho das nossas funções.

Braga, 20 de junho de 2016

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 57)
representada por:


António Manuel Pinheiro Fernandes (R.O.C. n.º 993)



ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ,
MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
DECLARAÇÃO

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins & Associados, sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inscrita na lista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 57, com sede na Av da Liberdade, Edifício dos Granjinhos, 432, 6.º Sls 41-42, freguesia de S. Lázaro, Braga, contribuinte n.º 502 154 870, representada por António Manuel Pinheiro Fernandes, casado, residente na Via da Falperra, nº 337, 4715-390, freguesia de Nogueira, concelho de Braga, com o n.º de identificação fiscal n.º 151 188 386, inscrito na Lista dos ROC sob o n.º 993, na qualidade de Revisor Oficial de Contas do **MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO** – NIF 506 632 920, com sede na Av. Da República, Póvoa de Lanhoso, para os devidos efeitos, vem declarar o seguinte:

1. Que conforme Certidão anexa a esta Declaração, o **MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO** está enquadrado no regime normal mensal previsto no CIVA, declarando realizar operações sujeitas a IVA que conferem direito à dedução e operações não sujeitas, tendo optado pelo método da afetação real de todos os bens como forma de apuramento do IVA dedutível.
2. Relativamente à Operação, designada por “Fecho das redes de SAR na bacia do Ave - Município da Póvoa de Lanhoso, que inclui as seguintes obras: Fecho da rede de saneamento através da ligação da Rua da Igreja ao emissário das Águas do Norte – Garfe; Fecho de rede de saneamento no Bobeiro - Taíde/Fontarcada; Fecho da rede de saneamento de Campo; Fecho da rede de saneamento na ER205 e ligação ao emissário das Águas do Norte; Fecho da rede de saneamento em Vilela; Fecho da rede de saneamento em Louredo”, candidatada ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos – Aviso POSEUR -12-2016-38, na medida em que, se refere a uma situação que se enquadra no artigo 9.º do Código do IVA, e portanto trata-se de uma isenção simples em que o **MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO** não liquida e também não deduz o IVA, parecendo que se justificará a consideração do valor do IVA como uma despesa elegível.

Braga, 20 de junho de 2016

Armindo Costa Serra Cruz, Martins e Associados SROC

Representado por

António Manuel Pinheiro Fernandes

ROC n.º 993

CERTIDÃO

Vitor Joaquim Cordas Mangerona com a categoria de Técnico de Administração Tributário Adjunto Nível III, do quadro da Autoridade Tributária e Aduaneira, a exercer funções no Serviço de Finanças de Póvoa de Lanhoso.-----

Certifica, em cumprimento do despacho exarado sobre o pedido de certidão que constitui a folha um desta certidão que, consultado o sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira, consta que o sp. Município da Póvoa de Lanhoso, nipc 506632920, com sede em Av. República, Póvoa de Lanhoso, está enquadrada no regime normal mensal previsto no CIVA, declarando realizar operações sujeitas a IVA que conferem direito à dedução e operações não sujeitas, tendo optado pelo método de afectação real de todos os bens e serviços como forma de apuramento do IVA dedutível.-----

Mais certifico que resulta do relatório da Inspeção Tributária da Autoridade Tributária e Aduaneira, datado de 2006/07/20, que o Município supra aludido, até àquela data, apurou o IVA dedutível pelo método de afectação real de todos os bens e serviços, apenas deduzindo o IVA referente a investimentos no setor da água, não procedendo a qualquer dedução do IVA nos restantes custos.-----

Esta certidão pode ser utilizada para todos os efeitos legais e é válida por um ano.-----

Por ser verdade e por ter sido pedida emitido a presente certidão, que vou assinar, datar e autenticar com o selo branco em uso no Serviço de Finanças da Póvoa de Lanhoso, 11 de setembro de 2015.-----

O Funcionário



(Vitor Joaquim Cordas Mangerona)



ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ,
MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
DECLARAÇÃO

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins & Associados, sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inscrita na lista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 57, com sede na Av da Liberdade, Edifício dos Granginhos, 432, 6.º Sls 41-42, freguesia de S. Lázaro, Braga, contribuinte n.º 502 154 870, representada por António Manuel Pinheiro Fernandes, casado, residente na Via da Falperra, nº 337, 4715-390, freguesia de Nogueira, concelho de Braga, com o n.º de identificação fiscal n.º 151 188 386, inscrito na Lista dos ROC sob o n.º 993, na qualidade de Revisor Oficial de Contas do **MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO** – NIF 506 632 920, com sede na Av. Da República, Póvoa de Lanhoso, para os devidos efeitos, vem declarar o seguinte:

1. Que conforme Certidão anexa a esta Declaração, o **MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO** está enquadrado no regime normal mensal previsto no CIVA, declarando realizar operações sujeitas a IVA que conferem direito à dedução e operações não sujeitas, tendo optado pelo método da afetação real de todos os bens como forma de apuramento do IVA dedutível.
2. Relativamente à Operação, designada por “Redução da Poluição Urbana na ribeira da Póvoa - Bacia Hidrográfica do Ave, que inclui as seguintes obras: Fecho de rede de saneamento na margem da Ribeira da Póvoa; Reabilitação das redes de saneamento e águas pluviais nos Moinhos Novos”, candidatada ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos – Aviso POSEUR -12-2016-38, na medida em que, se refere a uma situação que se enquadra no artigo 9.º do Código do IVA, e portanto trata-se de uma isenção simples em que o **MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO** não liquida e também não deduz o IVA, parece-nos que se justificará a consideração do valor do IVA como uma despesa elegível.

Braga, 20 de junho de 2016

Armindo Costa Serra Cruz, Martins e Associados SROC
Representado por
António Manuel Pinheiro Fernandes
ROC n.º 993

CERTIDÃO

Vítor Joaquim Cordas Mangerona com a categoria de Técnico de Administração Tributário Adjunto Nível III, do quadro da Autoridade Tributária e Aduaneira, a exercer funções no Serviço de Finanças de Póvoa de Lanhoso.-----

Certifica, em cumprimento do despacho exarado sobre o pedido de certidão que constitui a folha um desta certidão que, consultado o sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira, consta que o sp. Município da Póvoa de Lanhoso, nipc 506632920, com sede em Av. República, Póvoa de Lanhoso, está enquadrada no regime normal mensal previsto no CIVA, declarando realizar operações sujeitas a IVA que conferem direito à dedução e operações não sujeitas, tendo optado pelo método de afectação real de todos os bens e serviços como forma de apuramento do IVA dedutível.-----

Mais certifico que resulta do relatório da Inspeção Tributária da Autoridade Tributária e Aduaneira, datado de 2006/07/20, que o Município supra aludido, até àquela data, apurou o IVA dedutível pelo método de afectação real de todos os bens e serviços, apenas deduzindo o IVA referente a investimentos no setor da água, não procedendo a qualquer dedução do IVA nos restantes custos.-----

Esta certidão pode ser utilizada para todos os efeitos legais e é válida por um ano.-----

Por ser verdade e por ter sido pedida emitido a presente certidão, que vou assinar, datar e autenticar com o selo branco em uso no Serviço de Finanças da Póvoa de Lanhoso, 11 de setembro de 2015.-----

O Funcionário

(Vitor Joaquim Cordas Mangerona)

Emolumentos : 201512276558, 6.52 €



ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ,
MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
DECLARAÇÃO

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins & Associados, sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inscrita na lista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 57, com sede na Av da Liberdade, Edifício dos Granjinhos, 432, 6.º Sls 41-42, freguesia de S. Lázaro, Braga, contribuinte n.º 502 154 870, representada por António Manuel Pinheiro Fernandes, casado, residente na Via da Falperra, nº 337, 4715-390, freguesia de Nogueira, concelho de Braga, com o n.º de identificação fiscal n.º 151 188 386, inscrito na Lista dos ROC sob o n.º 993, na qualidade de Revisor Oficial de Contas do **MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO** – NIF 506 632 920, com sede na Av. Da República, Póvoa de Lanhoso, para os devidos efeitos, vem declarar o seguinte:

1. Que conforme Certidão anexa a esta Declaração, o **MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO** está enquadrado no regime normal mensal previsto no CIVA, declarando realizar operações sujeitas a IVA que conferem direito à dedução e operações não sujeitas, tendo optado pelo método da afetação real de todos os bens como forma de apuramento do IVA dedutível.
2. Relativamente à Operação, designada por “Fecho da rede de saneamento em Santo Emilião”, candidata ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos – Aviso POSEUR -12-2016-38, na medida em que, se refere a uma situação que se enquadra no artigo 9.º do Código do IVA, e portanto trata-se de uma isenção simples em que o **MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO** não liquida e também não deduz o IVA, parece-nos que se justificará a consideração do valor do IVA como uma despesa elegível.

Braga, 20 de junho de 2016

Armindo Costa Serra Cruz, Martins e Associados SROC
Representado por
António Manuel Pinheiro Fernandes
ROC n.º 993

CERTIDÃO

Vítor Joaquim Cordas Mangerona com a categoria de Técnico de Administração Tributário Adjunto Nível III, do quadro da Autoridade Tributária e Aduaneira, a exercer funções no Serviço de Finanças de Póvoa de Lanhoso.-----

Certifica, em cumprimento do despacho exarado sobre o pedido de certidão que constitui a folha um desta certidão que, consultado o sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira, consta que o sp. Município da Póvoa de Lanhoso, nipc 506632920, com sede em Av. República, Póvoa de Lanhoso, está enquadrada no regime normal mensal previsto no CIVA, declarando realizar operações sujeitas a IVA que conferem direito à dedução e operações não sujeitas, tendo optado pelo método de afectação real de todos os bens e serviços como forma de apuramento do IVA dedutível.-----

Mais certifico que resulta do relatório da Inspeção Tributária da Autoridade Tributária e Aduaneira, datado de 2006/07/20, que o Município supra aludido, até àquela data, apurou o IVA dedutível pelo método de afectação real de todos os bens e serviços, apenas deduzindo o IVA referente a investimentos no setor da água, não procedendo a qualquer dedução do IVA nos restantes custos.-----

Esta certidão pode ser utilizada para todos os efeitos legais e é válida por um ano.-----

Por ser verdade e por ter sido pedida emitido a presente certidão, que vou assinar, datar e autenticar com o selo branco em uso no Serviço de Finanças da Póvoa de Lanhoso, 11 de setembro de 2015.-----

O Funcionário



(Vítor Joaquim Cordas Mangerona)

Emolumentos : 201512276558, 6.52 €

MOID 004 01